



“Borgen”: a série que é uma aula de política

“Borgen”: the series that is a policy class

**Eduardo Fernandes
Nazareth**

Professor FAETEC; Doutor
em Sociologia, IESP-UERJ.

E-mail :

eduardo.nazareth@gmail.com

Resumo

O presente texto trata de uma série de TV produzida na Dinamarca que recentemente voltou a ter destaque: “Borgen”. A série conta a história de Birgitte Nyborg, de sua ascensão como líder do partido mais votado nas eleições parlamentares da Dinamarca ao cargo de primeira ministra do país; acompanha sua rotina, trata do jogo político partidário no decorrer de seu mandato, do papel da imprensa na democracia, das suas dificuldades na vida pessoal ao ocupar essa posição de tamanho poder e responsabilidade, entre outros assuntos. Borgen levanta questões acerca da política nos tempos modernos, das virtudes e limitações da democracia representativa. Propõe-se aqui um trajeto teórico útil no sentido de sustentar o trabalho de construção de uma visão acerca de aspectos mais complexos da vida social e política contemporânea. A ideia do presente artigo é apontar em que sentido podemos usar a compreensão da trama da série como pretexto para ampliar discussões sociológicas e políticas clássicas voltadas aos tempos atuais, a partir das semelhanças e dos contrastes em relação ao Brasil que a série suscita. Nesse intento, utilizamos autores como Max Weber e Norbert Elias, levantando aspectos da relação entre Estado, democracia e civilização.

Palavras-chaves: Borgen. Norbert Elias. Max Weber. Estado moderno. Democracia representativa.

Abstract

This text is about a TV series produced in Denmark that recently became prominent: “Borgen”. The series tells the story of Birgitte Nyborg, from her rise as the leader of the most voted party in Denmark's parliamentary elections to the post of prime minister in the country; it follows her routine, deals with the party political game, the role of the press in democracy, her difficulties in her personal life when she occupies this position of such power and responsibility, among other matters. Borgen raises questions about politics in modern times, about the virtues and limitations of representative democracy. We propose here a theoretical path that can be useful in order to support the work of building a vision about more complex aspects of contemporary social and political life. The idea of this article is to point out in what sense we can use the understanding of the series' plot as a pretext to expand classic sociological and political discussions focused on the current times, based on the similarities and contrasts in relation to Brazil that the series raises. In this attempt, we use authors such as Max Weber and Norbert Elias, raising aspects of the relationship between State, democracy and civilization.

Keywords: Borgen. Norbert Elias. Max Weber. Modern state. Representative democracy..

Introdução

Para discutir a política na contemporaneidade de maneira leve, didática e interessante, vale assistir à ótima série: “Borgen”. A trama conta a história de Birgitte Nyborg, uma parlamentar carismática, liderança de uma legenda chamada Partido Moderado, que se torna primeira-ministra da Dinamarca. Em suas três temporadas a série narra a trajetória de Birgitte, desde a eleição que a leva ao cargo de primeira-ministra, passando pelo período em que exerce brilhantemente seu mandato, por sua aposentadoria, e vai até seu retorno triunfal à vida política do país.

A série explora ainda os dilemas pessoais e familiares de Birgitte e de outras personagens desse universo em que se destacam seu assessor, Kasper Juul, e Katrine Fonsmark, âncora da principal rede de TV do país – além, é claro, de visitar tramas intestinas e conflitos políticos cotidianos típicos de uma democracia moderna.

“Borgen” foi ao ar em 2010 na Dinamarca e em outros países. Por aqui, foi vista na *Globosat* em 2012 e agora volta ao ar na *Netflix*, voltando a ser objeto de comentários da crítica no Brasil. Talvez o interesse na série tenha ressurgido por retratar o momento imediatamente anterior à degradação acelerada das instituições democráticas nesses últimos anos com o crescimento de partidos e o sucesso eleitoral de líderes da extrema-direita no Brasil e no mundo.

Talvez o espectador brasileiro estranhe algumas diferenças em relação à Dinamarca representada em “Borgen”. Os contrastes podem ser úteis para uma reflexão sobre nosso tempo ou mesmo para uma discussão política ou sociológica em sala de aula. Na estória há, por exemplo, uma rainha que é mencionada, mas nunca aparece. Como se poderá notar ao longo dos episódios, não há eleição para presidente e nem mesmo há esse cargo por lá. O estudante pode pensar, “há eleição nacional, não há presidente, há uma rainha e trata-se de uma democracia? Como assim?”.

Esses e outros elementos que surgem na série podem parecer a princípio estranho, mas o cenário político descrito na estória é mais simples e compreensível do que pode parecer inicialmente. Na verdade, o nosso universo político real é que é mais complicado. Em “Borgen” a política gira em torno de poucos partidos (7, para ser preciso) com ideologias claras. Já no Brasil, o jogo político gira mais em torno de pessoas e de muitos partidos (mais de 30!), muitos dos quais não têm qualquer identidade ideológica, assumindo claro propósito fisiológico, como se diz no jargão jornalístico.

Importante considerar também que a Dinamarca – ao menos aquela retratada na série – é um país de cultura mais igualitária do que a nossa, como podemos ver nas representações das relações de gênero e de trabalho. Politicamente, é possível dizer que há uma forte tradição socialdemocrata e sindical por lá. Isso significa que há importância reconhecida de direitos sociais garantidos pelo Estado e uma relação muito menos desigual entre trabalhadores, classes médias e empresários do que entre nós – o que salta aos olhos diante do modo como os personagens e suas relações são desenhados. Pobreza e violência policial não aparecem, principalmente porque as atenções se voltam para os círculos mais influentes da democracia dinamarquesa. No entanto, há que se ressaltar que esse

aspecto igualitário revela-se especialmente problemático em relação ao imigrante, em geral, muçulmano. Tudo isso aparece em cores vivas na estória e avivam o contraste em relação à nossa experiência democrática.

Nesse sentido, pode-se aproveitar essa excelente série para refletir ou para tratar de alguns aspectos básicos da política moderna. Abordaremos algumas dessas questões sociológicas e políticas, evocando autores que a série permite explorar e alguns aspectos da organização política moderna que ela pressupõe usando a compreensão da trama como pretexto para ampliar um pouco as discussões. A ideia nesse artigo é, sobretudo, percorrer um trajeto que possa ser útil no sentido de se sustentar teoricamente o trabalho de construção de uma visão acerca de aspectos mais complexos da vida política.

Alguns aspectos sociológicos do jogo “civilizado” pelo poder

Uma das coisas que chamam a atenção na série é a aparente civilidade do jogo dinamarquês pelo poder. Apesar de todas as “caneladas” de parte a parte, há um núcleo de regras para a disputa pelo poder que são respeitadas e reconhecidas como importantes por todos os “jogadores”.

Podemos dizer que ao longo da história humana a disputa pelo poder ocorreu – e ainda ocorre – com base na violência, na intimidação, na eliminação física do inimigo, na guerra, no extermínio de povos etc.. Mas, a exemplo do que vemos em “Borgen”, essa disputa se sofisticou em uma espécie de elaborado “jogo pelo poder”. Alguns, como Norbert Elias (1993, 1994), dizem que uma espécie de “processo civilizador” teria ocorrido ao longo dessa história envolvendo o modo como o poder político se constituiu e passou a se exercer de maneira singular.

Sobre a ideia de civilização presente não apenas em Elias, mas também em Freud (2011) e em Hobbes¹ (1997), devemos dizer que ela, a civilização, ao menos teoricamente, está intimamente ligada à interiorização do controle dos impulsos mais violentos e à repulsa ao que remeta à agressão e à morte. De acordo com Elias, (ibid.), na história humana, isso resultaria do crescimento e do adensamento populacional, da interdependência social e da constituição de uma força de um

¹ De alguma forma, em gérmen e como marca desse processo na filosofia política, na ideia da vida civil, por distinção em relação ao estado de natureza.

Estado militarmente capaz de impor uma ordem. Esses constrangimentos exteriores teriam criado uma espécie de “segunda natureza”, um obstáculo psíquico à destruição recíproca entre seres humanos e, ao mesmo tempo, uma abertura à regulação, ao controle das pulsões, necessário à vida coletiva.

Com mudanças nas configurações sociais e com o acúmulo de experiências, a cultura se transforma e a civilização se constitui. A violência e a agressão, inerentes ao seu aspecto agonístico das disputas por poder, permanecem presentes, mas de modo sublimado, sutil, sofisticado, num jogo de regras e de valores cada vez mais autônomos, como diria Weber (1979b), concernentes a uma esfera de valor própria de um universo político desencantado. Nesse sentido, como consequência e parte desse processo civilizador, alguns dizem que a política moderna teria se tornado um campo de jogo mais “civilizado” em que esse elemento agonístico da disputa pelo poder ganharia um espaço com regras próprias, distinto, certamente, e quase autônomo em relação a outros campos da atividade humana, como o religioso. Nesse processo, o *outro* passaria a ser visto – ao menos formalmente, na figura de ser humano, de cidadão, portador de direitos – mais como um adversário do que como um inimigo.

O Estado, numa etapa avançada desse processo civilizador, se constituiu, segundo Weber (2000), como um *quadro administrativo* a serviço de quem exerce legitimamente a dominação, tendo concentrado em si, enquanto tal, o *monopólio legítimo do uso da violência*, tornando-se, ao mesmo tempo, um centro de poder relativamente autônomo, que se orienta por regras racionais e impessoais, e que atua por meio de uma burocracia profissional, ou um estamento burocrático. A forma da disputa pelo controle desse *quadro administrativo* também corresponde a uma ordem particular. Do mesmo modo que a sua condução também corresponde a uma razão própria, apoiada em regras, leis, estatutos. A disputa e o exercício do poder portanto se modificam, se tornam mais impessoais, racionais e rotineiros e menos arbitrários, pessoais e sujeitos aos afetos do líder carismático ou às irracionalidades da tradição. Todos esses aspectos saltam aos olhos em “Borgen”.

Aquele “jogo” mais brutal e sem muitos limites pelo poder, exercido por um grande líder ou por um nobre, sob orientações de sentido dadas por um universo encantado por deuses e seres míticos ou sagrados, um “jogo” de dominação

sangrenta, jogado por estamentos, castas, grupos étnicos, religiosos e classes sociais, cujos guerreiros lançavam-se em conflitos brutais, em guerras, massacres, revoluções que marcaram a história da humanidade, foram sofrendo, com o tempo, transformações, segundo Elias, num sentido civilizacional, e segundo Weber, num sentido de racionalização, com impactos sociais e políticos notáveis, como os acima descritos e como podemos notar em “Borgen”. Mudanças essas que podemos observar, especialmente, se compararmos as disputas por poder em “Borgen” com as travadas, por exemplo, em séries que se inspiram na Idade Média, como “Game of Thrones”, ou se ambientam na Antiguidade, como “Império Romano”.

Ao longo do tempo, foram nascendo, pouco a pouco, formas menos violentas de solução de conflitos e de disputa pelo poder. Ou ao menos a violência perdeu seu caráter brutal, espetacular, exemplar ou catártico, assumindo uma forma constante, disciplinar, higiênica, domesticadora, racional, convertendo-se em instituições disciplinares e em dispositivos de vigilância e controle que ampliam e tornam cada vez mais penetrantes e produtivos aqueles poderes, domesticando consciências e corpos, submetendo-os a técnicas modernas de governo. (Foucault, 2004).

Podemos dizer, com Achille Mbembe (2018), que esses mecanismos de controle alcançaram outro nível a partir do uso da morte como instrumento de controle, colocando em xeque a tese mesma de Elias acerca de um processo civilizador, bem como a tese de Weber de que um Estado, exercendo o monopólio legítimo da violência, asseguraria a dominação.

Com a sua formulação do conceito de necropolítica e a participação de milícias atuando brutalmente à distância sobre populações e territórios descontínuos, com o uso de tecnologias avançadas, inauguraria uma nova forma de exercício de poder imperial. A necropolítica constitui-se como meio de administração da ordem na periferia do sistema a partir da gestão descentralizada da morte dos considerados indesejáveis, dos “inadaptáveis”, pela ação de forças policiais ou militares ou, preferencialmente, pela ação de milícias mercenárias ou ideologicamente convertidas, utilizando-se do racismo como fator de naturalização e aceitação da morte de certos grupos para sistema econômico. Este fenômeno também aparecerá na série.

Contraditoriamente, lembraria Peter Wagner (1994), na modernidade, nasceram formas mais democráticas de participação como fruto de processos revolucionários ou de formas de consolidação gradual de certos ideais e certas regras de convivência e de disputas pelo poder que, podemos dizer, estariam mais de acordo com a sensibilidade moderna, e que ganharam representação na ideia da democracia, da cidadania e dos direitos humanos – núcleo ideal e normativo de “Borgen”.

O “jogo autocrático” e o “jogo democrático” pelo poder

O “jogo autocrático” pelo poder é o jogo do arbítrio pessoal de um autocrata. Não é um jogo da participação igual nas deliberações e decisões coletivas. Nem tampouco é o jogo que prevê a garantia do respeito à dignidade humana de todos os jogadores. É o jogo da opressão, ao menos potencial, por parte de alguns, isto é, é o jogo do medo, da intimidação, da censura, da tortura, da morte, da espionagem ou mesmo da eliminação de opositores e de minorias consideradas inconvenientes. É o jogo do uso desproporcional das forças de Estado – das polícias, das forças armadas, dos tribunais – por parte do ditador ou da oligarquia que o controla. É o jogo da violência desmedida em potencial, do medo e de uma resistência sempre sob açoitado do tirano, ou do grupo no poder.

O “jogo democrático” – ao menos a sua ideia – se consolidou no Ocidente contra o “jogo autocrático”, como símbolo tipicamente moderno da civilização, na sua forma de “jogo da democracia representativa”. Na *forma de governo* democrática – Aristóteles, referindo-se a sua versão virtuosa, a chamava pelo nome genérico de constituição, ou *politia* (BOBBIO, 1980) – o conjunto dos cidadãos, ou o povo, é o detentor do poder soberano. Na sua versão representativa moderna, voltada para as sociedades nacionais de massa, o povo o transmite esse poder, em parte e temporariamente, para representantes eleitos. O poder de representar o povo e de influenciá-lo é, então, disputado na sociedade – numa esfera pública – e no Estado – no parlamento e em atos oficiais que devem adquirir publicidade – segundo regras formalmente igualitárias.

Nos tempos modernos, com todas as críticas possíveis aos termos dessa representação ou de sua construção suscetível ao poder econômico ou midiático, o

jogo mais legítimo de disputa pelo poder, ao menos no Ocidente, se torna o jogo da democracia representativa.

Por outro lado, o Estado, que a essa altura já havia se tornado uma organização complexa, com uma burocracia com amplo corpo de funcionários, infraestrutura administrativa e militar, concentrando em si muitos poderes, ainda a serviço do rei, por ocasião da mudança das regras do “jogo autocrático” das monarquias absolutas para o “jogo democrático” moderno, deve se transformar para viabilizar e assegurar a nova ordem social e política. Formula-se uma nova concepção de Estado.

Assim, para evitar que um agente do Estado controle totalmente esses poderes e a toda a sociedade, ameaçando os “direitos dos cidadãos” (direito à vida, à liberdade de expressão, direito de ir e vir, de associação e organização política, ao voto...), na democracia, por um lado, esses poderes são separados (poder executivo, poder legislativo e poder judiciário) e organizados de modo a funcionar harmonicamente, mas um freando a ambição de poder do outro.

Por outro lado, nos termos da lei que todos devem respeitar, os que ocupam posições nesse Estado devem estar sujeitos às pressões de cidadãos bem informados, minimamente comprometidos com o interesse público, capazes de se associar e participar do debate público defendendo, vigilantes, a lei e a democracia, freando potenciais ameaças autoritárias. Por essa razão, nesses termos, a imprensa deve ser livre e a opinião pública deve ser forte. Essas seriam as condições para que uma esfera pública mais ampla se constituísse em uma espécie de ágora moderna.

Importante ter em mente que há casos de autocracias em que os envolvidos, de maneira interessada dizem que o jogo em vigor é democrático quando na verdade é autocrático. Geralmente, há muito cinismo na simples busca da realização de um projeto de poder a se legitimar numa era em que o ideal democrático, com todas as críticas que lhe são feitas, ainda é hegemônico. Algo a que essa opinião pública deve estar sempre atenta e vigilante.

Os jogos esportivos e os jogos democráticos modernos

Em tempo, vale a observação: o paralelo com o jogo não é casual, a democracia moderna e os esportes – que também consistem em disputas reguladas, com

controle dos excessos de violência – nascem, como destaca Elias e Dunning (1992), no mesmo lugar e na mesma época: a Inglaterra, no período posterior à Revolução Gloriosa, no século XVII, quando se inicia o processo histórico de limitação do poder do rei e de transferência desses poderes para o parlamento, isto é, os primórdios da monarquia constitucional.

Devemos considerar ainda, para os fins desse texto que, assim como os esportes, os jogos pelo poder admitem modalidades variadas com fórmulas diferentes de configuração de disputa e equilíbrio entre os competidores, no que, como acabamos de ver, diferem os “jogos autocráticos” dos “jogos democráticos”. Mas não podemos deixar de considerar que há mesmo um *continuum* entre eles, analisável sob aspectos variados – civil, político, social, cultural ou econômico – concebendo-os seja como ideia seja como experiência real.

Da mesma maneira, no mesmo *continuum*, podemos conceber formas diferentes que o jogo autocrático e o jogo democrático podem assumir. O que é importante para compreendermos “Borgen” enquanto um tipo de jogo democrático representativo.

O jogo democrático moderno pode ser entendido como um esporte qualquer dado a adaptações, o futebol por exemplo, que se distinguiria de jogos mais violentos, injustos e desiguais – os jogos autocráticos. Nesse esporte, o futebol, temos as seguintes variantes: o futebol de campo, o de salão, o de praia, o *society*, o golzinho, os vários formatos de pelada de rua... amador, profissional... Do mesmo modo que nessa analogia o futebol é um jogo democrático, podemos pensar (simplificando, é claro) em dois tipos básicos de jogo democrático moderno para entender “Borgen” e ampliar e enriquecer nossa visão da atividade política. Vejamos.

O jogo da monarquia constitucional e o jogo das repúblicas presidencialistas

Se o espectador não tiver uma ideia da diferença entre as formas de governo – que aqui resumi a formas democráticas e autocráticas – e entre os sistemas parlamentarista e presidencialista de governo, pode não entender muito bem o que se passa durante a série. É que a Dinamarca é uma monarquia constitucional

parlamentarista e o Brasil, com cujas instituições estamos mais acostumados, é uma república presidencialista. Duas modalidades diferentes do jogo democrático.

Numa monarquia constitucional parlamentarista típica o rei continua existindo, mas só como símbolo da unidade histórica e cultural daquela sociedade. Ele não desfruta de qualquer poder já que na democracia representativa, ao menos formalmente, o poder soberano é do povo. Já na república presidencialista, não há a existência de um monarca, nem mesmo na representação simbólica do Estado nacional (que nesse caso geralmente renasce de um pacto após uma ruptura com a monarquia) e nem no funcionamento do sistema político.

No caso dos sistemas parlamentaristas, o poder que “emana do povo” se concentra no parlamento, o poder legislativo, que é eleito diretamente pelos cidadãos. O poder executivo – na figura do gabinete ministerial, liderado pelo primeiro ministro – é eleito indiretamente por esse parlamento. Ele nasce da composição partidária que sai das urnas, e nunca se separa completamente dele, pois está sempre suscetível à perda de seu apoio e à destituição. O primeiro ministro não vem diretamente do povo, como no presidencialismo.

Enfim, como o parlamento escolhe quem ocupará o cargo de primeiro ministro, que é o responsável pela condução do governo – ele é o chefe de governo –, geralmente o eleito é o líder do partido que ostenta maioria no parlamento, devendo formar um governo com as demais forças dispostas a apoiá-lo. O chefe de estado é (simbolicamente) o rei, se for uma monarquia, ou um presidente é eleito, se for uma república parlamentarista, mas sem os poderes de chefe de governo.

No presidencialismo, o presidente é eleito diretamente pelo povo. Ele é o candidato que obteve a maior parte dos votos de todo o país (no Brasil, 50% dos votos válidos mais 1). Ele é chefe de Estado e de governo. O poder se concentra mais na sua figura do poder executivo. Ele tem a legitimidade de liderar o Estado e tende, inversamente, a influenciar fortemente o poder legislativo.

O jogo jogado na série “Borgen” é o da monarquia constitucional parlamentarista, como também é o do Reino Unido. Bem diferente do jogo jogado no Brasil e nos EUA, que são repúblicas presidencialistas.

Entendendo melhor o jogo político jogado na série “Borgen”

No sistema de governo parlamentarista, os partidos disputam os votos dos eleitores em eleições que visam, num primeiro momento, formar o parlamento. O resultado das eleições demonstra de que lado está a vontade popular – mais à esquerda, mais à direita, mais no centro ou mais na extremidade do espectro político. Essa vontade se refletirá num número proporcional de parlamentares desse ou daquele partido, isto é, numa composição que determinará mais poder a quem tem mais parlamentares e mais votos para aprovar leis, orçamento, medidas emergenciais etc. parte de um programa mais afinado com essa ou aquela ideologia política.

As lideranças dos partidos, a partir do poder que lhes foi conferido pelas urnas, ou seja, a partir do número de cadeiras que conquistaram na eleição, tentarão construir maioria no parlamento, fazendo alianças entre si em torno de seus programas e de estratégias para lidar com os adversários. Essas alianças são fundamentais, do contrário não se consegue governar nem fazer oposição com eficiência. É dessas alianças que os partidos construirão, após a eleição, oposição e governo cuja configuração se constituirá em torno da figura primeira ministra do Partido Moderado, a muito habilidosa e carismática Birgitte Nyborg.

O “jogo político” na vida real e em “Borgen” gira em torno de concessões e exigências feitas uns aos outros para formar um governo estável ou para fortalecer uma oposição capaz de conter a força política do governo. Esses partidos jogam esse jogo entre si, às vezes cruzando a fronteira entre direita e esquerda, tentando viabilizar seus projetos políticos ou maximizar seu poder, lançando mão de estratégias e de táticas, de olho no impacto de suas ações na imprensa e da opinião pública. Eles devem manter o foco nas consequências de suas ações sobre seus eleitores visando eleições e conquistar fatias flutuantes do eleitorado para o quê devem ajustar sua retórica e ainda lidar com a imprensa. Assim surgem os contornos do jogo pelo poder jogado em “Borgen”.

Birgitte e a política como vocação

Assim, podemos dizer que a centralidade da narrativa da série se volta para a maneira como Birgitte orienta o sentido da sua ação política num contexto tipicamente moderno, que significa, de acordo com Weber (1979a; 2000), os tempos

em que se consolida como quadro administrativo um Estado burocrático, racional, que detém o monopólio da violência, como centro e fonte de poder, e em que as formas democráticas de disputa e de dominação se apoiam em leis, regras e estatutos impessoais (mais do que na autoridade delegada pela tradição ou no carisma) e na existência de partidos políticos, dotados de uma burocracia, com funcionários profissionais, militantes, em disputa por eleitores e por votos.

O célebre texto de Weber, a *Política como vocação*, pode ser destacado aqui ao voltar nossa atenção às características da vocação do político nesses tempos em que a atividade política se torna uma esfera de ação irreduzível a qualquer outra. Contexto em que se colocam aos olhos do político profissional os limites entre a ética da convicção moral (ou dos fins últimos) – sintetizada na frase “o cristão faz o bem e deixa os resultados ao Senhor”, concepção típica dos tempos em que as esferas de valor se submetiam a um valor supremo que as transcendia – e a ética da responsabilidade com relação às consequências potencialmente catastróficas das próprias ações sobre o mundo, o que impõe a aceitação, como dado de realidade, do “paradoxo ético” (WEBER, 1979a, p. 150) inerente ao exercício do poder, que implica não raro o uso da violência, “força diabólica” (ibid.) e ao mesmo tempo “meio decisivo” (idem. p.145) à atividade política.

O político vocacionado – caso de Birgitte Nyborg –, de acordo com Weber, é aquele em que a paixão por uma causa, que o torna capaz de perseguir o impossível, e a responsabilidade em relação às consequências dos próprios atos devem se temperar por um “senso de proporção” (idem. p.138). Em equilíbrio, devem constituir forças subjetivas que se mostram imprescindíveis ao político verdadeiramente vocacionado, e especialmente em se tratando de uma liderança de um partido que se propõe moderado, como é o de Birgitte. Na série, a todo tempo a tensão entre ambas as éticas – entre paixão e consequências – se acirra exigindo de Birgitte escolhas inteligentes, estratégias, táticas, seu senso de proporção, e às vezes o uso de sua autoridade e da violência de que seu poder lhe permite lançar mão, sem que a frieza da racionalidade política embote a força de seu carisma, a outra fonte de seu poder.

O jogo de “Borgen”

O jogo de poder no qual vemos Birgitte atuar, seus rivais, a burocracia, jornalistas e a imprensa deriva dessas condições básicas, que, como vimos, são as regras do “jogo político democrático” das “monarquias constitucionais parlamentaristas”, diferente do jogo democrático jogado nas “repúblicas presidencialistas”. Entre esses jogadores, os que ocupam o centro do campo são aqueles líderes mais eminentes de partidos, cujas ações só podem ser bem compreendidas se os situarmos no espectro político. Quais são esses partidos e quais posições ocupam? Aqui, assumimos os critérios de Norberto Bobbio (1995), tema que também pode ser explorado com os estudantes.

Na extrema-direita, há o populista de direita ou neofascista “Partido da Liberdade”, visto por Birgitte como ameaça aos direitos humanos, à democracia e às tradições de tolerância do país. Mais para o centro, mas não muito, o conservador “Nova Direita”, cuja preocupação com segurança é sempre ressaltada. Na centro-direita, o liberal “Partido Liberal”, cujos vínculos com a elite econômica são destacados. As lideranças desses partidos sempre aparecem próximos na série e gravitando em torno do Partido liberal.

Na centro-esquerda, temos o “Partido Moderado” (o partido da protagonista) e o “Partido Verde”. Mais à esquerda, temos o outrora hegemônico, mas ainda forte “Partido Socialdemocrata”, identificado com sindicatos, apresentados como decadentes, e associados à práticas políticas desleais. Mais à extrema-esquerda, o pouco citado, mas apresentado como radical, “Partido da Solidariedade”. Dentro desse bloco, o Partido Moderado disputa posição hegemônica com o Partido Socialdemocrata.

Os dois grandes polos de atração das forças partidárias se localizam portanto no centro: o Partido Liberal, que reúne em torno de si os demais partidos à direita; e o Partido Moderado, que ao longo da série superará o Partido Socialdemocrata na função de polo agregador dos partidos à esquerda, o que gera algumas tensões. Todos esses “times” e seus “jogadores” jogam o “jogo democrático” visando “legitimamente” aos poderes de Estado (com algumas trapaças aqui e ali), em nome “dos interesses da Dinamarca”.

Como todos os líderes de partidos com maior votação, Birgitte precisa formar um arco de aliança estável com partidos que possam constituir um programa

comum, legítimo e realizável, sem descaracterizá-lo demais aos olhos de seus eleitores. O lado dos derrotados faz o mesmo para constituir força de oposições.

Birgitte precisa tocar a aprovação do programa de governo de seu partido mantendo seu bloco internamente estável e forte contra a oposição. Dentro desse bloco ela ora precisa fortalecer alguns de seus aliados ora precisa enfraquecê-los visando equilibrar a força dos componentes de seu arco de aliança a fim de conservar seu programa. Às vezes, precisa mesmo negociar com as forças de oposição. Grande parte das tramas é ambientada nessas disputas partidárias protagonizadas por seus principais líderes, que exibem seus momentos mais decisivos no principal canal de TV do país.

Questões internacionais também aparecem. Uma vez o time vencedor ocupando cargos mais importantes, em aliança, buscam mais poder e prestígio na comunidade internacional. O desejo de aumentar a influência internacional do país é abordado num episódio em que Birgitte tenta liderar um acordo de paz entre países africanos em conflito. Percebe-se aqui um ar eurocêntrico no tratamento dado aos fictícios países africanos. Os interesses de empresas dinamarquesas do ramo petrolífero na região, conexões entre seus executivos e o extermínio de população de área estratégica são tratados ilustrando a ideia de necropolítica.

A propósito, a problemática relação de dominação colonial com a Groenlândia foi também ressaltada em outros episódios. Até mesmo as relações diplomáticas e ações secretas e ilegais na Ilha levadas a cabo por setores da alta burocracia de Estado, uma espécie de “estado profundo”, às vezes misteriosamente fora do alcance pela autoridade política eleita – nesse caso, setores das forças armadas aliados aos EUA – são abordadas na série.

Uma instituição importante para a democracia em especial é muito destacada em “Borgen”: a imprensa. A série explora como os interesses dos proprietários, alguns deles ligados a setores da grande indústria, e a concorrência entre veículos de comunicação, ávidos por audiência, distorcem e transformam o espaço para o debate público em espaço para exposição de escândalos da vida privada de políticos inconvenientes, comprometendo não só a qualidade desse debate deslocando o foco no verdadeiro interesse público, comprometendo também as capacidades críticas e reflexivas do cidadão e, por consequência, a própria democracia.

Fica evidente a contradição entre o interesse privado dos proprietários e concessionários dos grandes veículos de comunicação, a busca frívola por audiência e o compromisso democrático de informar, de promover o debate em torno do bem comum e de, nesse sentido, quando necessário, confrontar os poderosos. O ambiente dos bastidores das notícias é destacado assim como o desespero de alguns jornalistas comprometidos com o debate público. Sobre o tema, vale a observação de que as redes sociais e o uso das *fake news*, que mais tarde seriam tão influentes polarizando a opinião pública, ainda não eram politicamente tão relevantes entre 2010 e 2013, quando a série foi feita.

A propósito de novos atores políticos, é curioso também que as disputas políticas ao longo da série nunca tenham sido resolvidas por meio das instituições judiciais. Apesar do título da série, “Borgen” (castelo, em dinarmarquês), se referir ao antigo e tradicional prédio denominado Palácio de Christiansborg, onde funcionam não só o Parlamento e o gabinete do primeiro ministro, mas também a Suprema Corte do país – contando ainda com salas de uso oficial da rainha –, o uso político do poder judiciário – ou a “judicialização da política” –, moda de uns anos para cá, nem aparece. Mesmo o único caso de corrupção da série – o do líder do Partido Liberal, então primeiro ministro – é resolvido politicamente, na eleição a seguir.

Considerações finais

“Borgen” nos permite ver a complexidade da democracia moderna e a importância da atividade política, sem poupá-la de suas contradições e da exposição de algumas de suas faces mais sombrias – afinal, trata-se de uma atividade humana. As personagens são construídas com humanidade e até dignidade. Ao assisti-la podemos entender um pouco melhor, ao menos em esboço, as tramas e as forças que se exercem no mundo político, quem é quem, o que está em questão, sobre quais personagens se exercem quais pressões e – o mais importante – podemos perceber o quão incontornável e imprescindível é a atividade política.

Ainda que haja alguma simplificação (até para tornar a série leve e mais envolvente), em “Borgen” o tema da política é visto por uma perspectiva mais complexa do que a habitual já que, normalmente, no noticiário, nos filmes e séries

mais populares que a abordam, a política é reduzida a uma decepcionante caricatura de degradação e corrupção, o que afasta os estudantes do assunto ou os faz deplorá-la, mesmo sendo aspecto tão importante da vida. O resultado, não raro, é tornarem-se mais suscetíveis a ingenuamente acreditar em grandes salvadores, em soluções simplistas e autoritárias, e a depositar esperanças em jogos autocráticos de poder.

Ao assistirmos à série, além disso, aprofundamos nosso olhar na dinâmica política e social dos tempos modernos. Ficam evidentes os contrastes entre a sociedade dinamarquesa retratada na série e a brasileira. Esses contrastes podem nos permitir um olhar distanciado e crítico para um modelo que na Dinamarca parece se realizar com todos os seus problemas típicos, e que aqui experimentamos com nossas singularidades. Além disso, podemos observar como e em que sentido vem havendo certo grau de deterioração democrática nos últimos anos, no Brasil e em outras partes do mundo, e como nos aproximamos do modelo dos jogos autocráticos. Elias, Weber e a própria noção de democracia representativa podem então ser discutidos e problematizados.

Bibliografia

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados para uma distinção política*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo na história do pensamento político*. Brasília: Ed. UNB, 1980.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. A formação do Estado e Civilização v. 2*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Uma história dos costumes v.1*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2004.

FREUD, Sigmund. *O mal estar na civilização*. São Paulo: Penguin Classics e Companhia das Letras, 2011.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1997.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

WAGNER, Peter. *Sociology of modernity: liberty and discipline*. London and New York: Routledge, 1994.

WEBER, Max. *A política como vocação* In: WRIGHT MILLS, C. E GERTH, H.H. Org. *Ensaio de Sociologia*. p. 97-153. Rio de Janeiro: Guanabara, 1979a.

WEBER, Max. *Rejeições Religiosas do Mundo e suas Direções* In: WRIGHT MILLS, C. E GERTH, H.H. Org. *Ensaio de Sociologia*. pp. 371-410. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1979b.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*, Fundamentos da sociologia compreensiva, volume 1: Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

Recebido em: 13 de julho de 2021.

Aceito em: 10 de novembro de 2021